Diversitas Journal
ISSN 2525-5215
Volume 10, Número Especial 2 (Set../Out.. 2025) p. 0076 – 0088
https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal

Body and conservatism: a critical analysis

Corpo e conservadorismo: uma análise crítica

JUNIOR, Elson dos Santos Gomes[1]

[1] 0000-0002-7222-8288; Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica; Instituto Federal Fluminense – IFF; Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, Brasil; E-mail: elsonuenf@yahoo.com.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

A B S T R A C T

This paper presents a critical analysis of the concept of the body developed by political conservatism. This issue is justified by the fact that this current presents as its ontological pillar a supposedly natural existence which, according to its assumptions, manifests itself as something divine and finished. In these terms, the aim is to demonstrate how conservatism denies the human ontological complexity which, through its countless dimensions, goes beyond the existential duality restricted to body and spirit. The methodology is of a qualitative-bibliographical nature which, taking classic and seminal works of conservative political thought, extracts a set of assumptions that guide its ontology. These show that the resistance and violence directed at plural bodies are, in fact, practices based on one of the main socio-political perspectives of modernity. Thus, through the explanatory path proposed, we were able to visualize the legislating roles of conservative political grammar reserved for religion, social structure and the idea of nature, the latter being normative and imperative. Within this framework, we conclude that political conservatism falls short of ontological and social needs, since it contemplates a dual complexity for these spheres.

R E S U M O

O presente trabalho apresenta uma análise crítica endereçada à concepção de corpo elaborada pelo conservadorismo político. Esta questão se justifica pelo fato desta corrente apresentar como pilar ontológico uma existência pretensamente natural e que, de acordo com seus pressupostos, se manifesta como algo divino e acabado. Nestes termos, o objetivo é demonstrar como o conservadorismo nega a complexidade ontológica humana que, por meio de suas inúmeras dimensões, ultrapassa a dualidade existencial restrita ao corpo e ao espírito. A metodologia é de cunho qualitativo-bibliográfico que, tomando obras clássicas e seminais do pensamento político conservador, extrai um conjunto de pressupostos que balizam sua ontologia. Estas demonstram que as resistências e violências endereçadas aos corpos plurais são, na verdade, práticas alicerçadas sobre uma das principais perspectivas sociopolíticas da modernidade. Assim, por meio do percurso explicativo proposto, conseguimos visualizar os papeis legisladores da gramática política conservadora reservados à religião, à estrutura social e à ideia de natureza, sendo, esta última, normativa e imperativa. Neste quadro, concluímos que o conservadorismo político se encontra aquém das necessidades ontológicas e sociais, uma vez que contempla uma complexidade dual para estas esferas.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:
Submetido: 28/12/2024
Aprovado: 17/06/2025
Publicação: 16/09/2025

CC BY

Keywords:
Ontology, Nature, Complexity

***Palavras-Chave*:**
Ontologia, Natureza, Complexidade

DOI: 10.48017/dj.v10iEspecial_2.3261

Introdução

O pensamento político conservador se encontra entre as principais correntes sociopolíticas da modernidade (KINZO, 2001) sendo, por isso, integrante do desenvolvimento e consolidação do mundo burguês. No entanto, não podemos tratar desta corrente no singular, de modo que seu escopo comporta uma série de nuances (COUTINHO, 2014), demonstrando variações temáticas específicas, como a cultura (ELIOT, 2013), a filosofia (SCRUTON, 2017), educação (KIRK, 2021b; OAKESHOTT, 2021) e, entre outros, trabalhos de cunho sociopolítico (BURKE, 2012; KIRK, 2016; 2021a; OAKESHOTT, 1980; TOCQUEVILLE, 1998).

Embora haja diversidade, o conservadorismo traz um conjunto que forma consenso em sua agenda sociopolítica onde, segundo Gahyva (2017), podemos salientar o apego as leis, a aversão a processos revolucionários, a defesa da sociedade como algo pronto e acabado, a ideia de natureza como norteador sociopolítico e a ideia de história como produto da vontade divina. Além disso, vale ressaltar a perspectiva ontológica conservadora, que considera a humanidade como composta basicamente das dimensões biológica e espiritual – leia-se, de confissão cristã – e, portanto, promotora de uma complexidade existencial simplificada.

Esse quadro sociopolítico e ontológico é defendido com propósitos à organização, à manutenção das estruturas sociais "naturais" que, assim, não economizam palavras para demarcar as diferenças entre os estratos sociais em nome da "ordem" (TOCQUEVILLE, 1998). Portanto, temos uma corrente política que possui em seu escopo uma racionalidade, fundamentos de explicação do social, de sua ordenação e poder e, dessa forma, busca essencialmente a manutenção do status quo. Como bem definido por Burke (2012), a mudança deve ter como finalidade primeira a conservação, uma vez que a sociedade é concebida por meio de uma espécie de criacionismo social, ou seja, ela resulta de um ordenamento balizado por ordem divina, portanto, já se encontra pronta, acabada.

Este mesmo princípio norteador vale para seus sujeitos, uma vez que foram criados em um ordenamento "natural" de fonte divina que, como tal, não pode ser violado por meio de alterações na "natureza" das organizações, funcionalidades e finalidades. Neste sentido, concebe-se os sujeitos como "pares" de opostos que se complementam para o cumprimento dos mandamentos divinos. Portanto, a ontologia conservadora contempla homens, mulheres e as organizações familiares decorrentes desse par, entendendo este núcleo como base de formação da sociedade civil, do Estado e das Instituições (BURKE, 2012; MOREIRA, 2019; KIRK, 2016).

A partir desse breve panorama, indagamos a respeito das limitações do conservadorismo diante da complexidade humana, tanto em termos ontológicos quanto sociais e, dessa forma, realizamos uma leitura crítica desta corrente sociopolítica com o intuito de demonstrar suas insuficiências. Para isso, seguiremos o seguinte percurso explicativo para (I) demonstrar seus fundamentos, (II) abordar o papel do conceito de natureza como instrumento imperativo e legislador e, por último, (III) situar as limitações impostas ao corpo plural na

modernidade, como forma de demonstrar a racionalidade que desumaniza outras formas existenciais.

Fundamentos do conservadorismo

O conservadorismo, de modo geral, busca a manutenção das estruturas sociais e do ordenamento político, de modo que mudanças profundas não possam colocar em risco a existência social. A partir da obra seminal do inglês Edmund Burke (2012) publicada em 1790, tivemos o início de uma perspectiva conservadora chamada também de "reflexiva", ou seja, autores que passaram a pensar o social como teoria. Embora os próprios conservadores se oponham ao "perigoso" exercício chamado por muitos de "metafísico" – por ser considerado deslocado da tradição –, convencionou-se esta prática como uma ação "necessária" (HONDERICH, 1993).

Partindo de Burke (2012) – Inglaterra –, podemos considerar como fundamentais para o entendimento da gramática política conservadora os autores Tocqueville (1998) – França –, Michael Oakeshott (1980) – Inglaterra – e, além destes, Russel Kirk (2021a) – Estados Unidos. Estes sustentam o que Nunes (2004) chamou de "gramática política", ou seja, um conjunto de regras comportamentais, ações e de perspectivas existenciais no âmbito sociopolítico que orientam os grupos e sujeitos em prol de uma determinada vida em sociedade.

Para os conservadores essa vida possui basicamente duas dimensões, ou seja, uma institucional e outra cultural, ou melhor dizendo, tradicional. Na primeira, as estruturas e instâncias do aparelho estatal estão a serviço da manutenção do status quo, de modo que o poder seja perpetuação como uma atividade de estratos naturalmente privilegiados. Isso significa que a ocupação nos postos deliberativos e decisórios é, para o conservadorismo, resultado de organizações que precedem o próprio Estado moderno. Neste sentido, Burke, situa o ideal de "direitos naturais" e de "igualdade" como uma "parceria", onde:

> [...] todos os homens tem direitos iguais, mas não a coisas iguais. Aquele que tem apenas cinco xelins na parceria tem um direito tão bom quanto aquele que tem quinhentas libras tem à sua proporção maior. Mas ele não tem direito a um dividendo igual no produto do capital conjunto; e quanto a parcela de poder, autoridade e comando que cada indivíduo deveria ter na administração do Estado, isso devo negar que esteja entre os direitos originais do homem na sociedade civil; pois tenho em consideração aqui o homem social civil, e nenhum outro. É uma coisa a ser estabelecida por convenção. Se a sociedade civil é estabelecida por convenção, essa convenção deve ser a sua lei. Essa convenção deve limitar e modificar todas as categorias de constituição que se formam sob ela. Todo tipo de poder legislativo, judicial ou executivo, são suas criaturas (BURKE, 2012, p.221).

A segunda dimensão é explicitada por Burke (2012) através do ideal de "convenção", manifestando a forma tradicional de organização social, de dominação e de exercício do poder que, entre suas principais características, se encontra a eleição da "desigualdade" como fator fundamental de ordenamento social. Com isso, a sociedade se mantém estável por

proporcionar a cada sujeito ou estrato o que lhe é por tradição, de modo que o estabelecido pelo status quo seja, por si, o pilar de equilíbrio social. Segundo Tocqueville:

> Na realidade, existe uma paixão masculina e legítima pela igualdade, que induz os homens a desejarem ser todos fortes e respeitados. Essa paixão tende a elevar os pequenos ao nível dos grandes; mas também se encontra no coração humano um depravado gosto pela igualdade, que leva os fracos a desejar atrair os fortes para o seu nível e que reduz os homens a preferir a igualdade na servidão à desigualdade na liberdade (TOCQUEVILLE, 1998, p.49).

Tocqueville manifesta o conteúdo da "retórica da intransigência" conservadora onde, segundo Hirschman (2019), a busca por uma sociedade com igualdade irá conduzir todos à condição de servidão, sendo, por isso, um risco buscar mudanças sociais. Essa "retórica" é frequentemente evocada, também, como justificativa de políticas inclusivas onde, afirmam os conservadores, se um direito não pode/deve ser estendido para todos, ele não deve servir de "privilégio" para ninguém.

Nisbet (1987, p.83-84), defende que desde o nascimento os indivíduos apresentam "[...] vigor individual do corpo e do espírito diferentes [...]", por isso, qualquer esforço por parte do Estado ou das leis para ser gerada condições de igualdade compõe, na verdade, formas de "[...] prejudicar as liberdades dos interessados; especialmente as liberdades dos mais fortes e mais brilhantes". Além disso, segue o autor, "[...] é este, em suma, o ponto de vista adotado pelos escritores conservadores a partir de Burke, quanto à relação entre liberdade e igualdade". Com isso, vê-se que a gramática política conservadora, desde suas primeiras obras de fôlego, traz em si a necessidade de manutenção de uma sociedade com fissuras e desigualdades. Apesar das disparidades, como não questionar?

Para o conservadorismo o pensamento crítico é uma ameaça, cujo marco se iniciou com seu posicionamento avesso ao iluminismo e a toda forma de razão "metafísica". Burke (2012) foi um crítico ferrenho do iluminismo, por acreditar que as ideias são perigosas e que, sem a ancoragem do saber estabelecido e tradicional, todo e qualquer conhecimento pode conduzir uma sociedade à ruína. Por isso, os conservadores são críticos de qualquer forma de teorização, de imaginação político-social que tenha como norteador a ideia de um "mundo possível" (LESSA, 1998).

Kirk (2021b) defende mesmo uma educação que seja pautada sobre esses valores e que não faça da escola um espaço para discussões abstratas e inúteis, como trabalho em equipe, ética e coisas do gênero. Para ele, mais importante de tudo, é demonstrar como podemos ser bons naquilo que dominamos, que já sabemos o que possui ressonância no conhecimento tradicional. Em confluência com ele, Oakeshott (2021), defende um ideal que, entre outros, permite a cada sujeito uma liberdade de conhecimento sem método, sem parâmetros inibidores e que, como sabemos, tende a privilegiar os estratos de maior poder e influência discursiva.

O sociólogo paulista Florestan Fernandes (1976), criticou essa busca por "liberdade" de pensamento dos estratos conservadores e, por isso, propôs uma sociologia contra o conservadorismo. Entendeu, com isso, que sem o parâmetro científico, a legitimidade discursiva de explicação dos social se torna refém de grupos de privilegiados e de poder que, sem um parâmetro de confiabilidade e de questionamento como o científico, teremos a "verdade" dos mais fortes, dos mais ricos, dos poderosos.

Neste sentido, a dimensão cultural é muito cobiçada pelos estratos conservadores, justamente, por ser nela que reside toda a capacidade de manter estratos receptores das ideias de conservação, como também, a dimensão capaz de pô-la em xeque por meio de uma postura crítica. Com isso, é válido reforçar que o conservadorismo não se voltou contra o universo do saber e da razão recentemente, mas sim, desde seus primórdios e de seus principais autores. O paradoxo, se encontra no fato de que, para evitar propostas "metafísicas", o conservadorismo acabou se valendo delas, principalmente, na forma instrumental com que se apropriou (GAHYVA, 2017; MOREIRA, 2019).

Antes de tratarmos dessa questão, vale esclarecer que os conservadores não negam a existência das desigualdades sociais, muito pelo contrário. Além de reconhecê-las, insistem que são importantes para a manutenção da ordem social, de modo que cada sujeito e/ou estrato tenha proveito da porção que lhe cabe no todo. A questão se encontra na forma com que tais desigualdades são justificadas, ou seja, como são explicados os dilemas como a fome, miséria, exclusão, desemprego, falta de acesso à educação, entre outros fatores fundamentais para o pleno desenvolvimento humano. Como demonstrado anteriormente (BURKE, 2012; Tocqueville, 1998), para os conservadores estes desníveis representam a vontade divina e, por isso, cada um deve aguardar sua recompensa no plano espiritual, ou seja, impõe-se uma negação da condição de sujeitos históricos para estes estratos.

Isso significa que, entre os fundamentos do conservadorismo, se encontra uma apropriação da religião como elemento legislador e normativo da ordem social que, através da constatação pura e simples de sua existência, esta é tomada como vontade divina. Como tal, não deve sofrer alterações ou mudanças, de modo que já se encontra na melhor forma que poderia ser e, com isso, deve-se evitar proposições e/ou leituras e ações críticas no sentido de mudá-la. Nesta via, foi estabelecido um dos pontos altos do pensamento político conservador, qual seja, a ideia de "natureza" que, antes de qualquer associação com a estrutura trófica e/ou com ecossistemas, está intimamente ligada ao teológico e espiritual (BURKE, 2012; MOREIRA, 2019).

O conceito de natureza

O conceito de natureza, embora tenha sido formado a partir do que chamo de criacionismo social, possui certa complexidade pelo fato de que não se limita a normatividade religiosa, mas sim, congrega, juntamente com ela, o elemento da tradição. Neste sentido, "natureza" é descrito por Burke (2012) como uma relação dialógica e complementar entre o

estabelecido – entendido como vontade divina – e, por outro lado, a tradição como reserva de conhecimentos a respeito da organização social, econômica, política, cultural e educacional.

Na primeira dimensão – espiritual –, "natureza" possui o significado de vontade divina, revelando um conteúdo semântico de caráter criacionista, cuja finalidade se encontra na capacidade de ordenar, organizar, estabelecer o que é funcional (BURKE, 2012). Assim, além desse caráter prescritivo, o conceito evoca um conteúdo determinístico, demonstrando sua imutabilidade em franca oposição ao ideal de perfectibilidade rousseauniano. Por isso:

> [...] nenhum nome, nem poder, nem função, nem instituição artificial que seja, é capaz de fazer os homens que compõem algum sistema de autoridade serem algo diferente daquilo que Deus, a natureza, a educação e seus hábitos de vida os fizeram. Capacidades acima destas o povo não tem para dar. Virtude e sabedoria podem ser os objetivos de sua escolha; mas sua escolha não confere nem uma coisa nem outra àqueles sobre os quais elas estendem suas mãos sacramentais. Elas não têm o compromisso da natureza, nem a promessa de revelação para qualquer desses poderes (BURKE, 2012, p.195-196).

Na perspectiva do criacionismo social conservador, a estratificação social aparece de forma explícita, demonstrando a "vontade" divina no estabelecimento de escolhidos para o desempenho do poder. Dessa forma, o povo não pode portar "virtude" e "sabedoria", uma vez que "[...] quanto mais o povo é numeroso e quanto mais a natureza dos espíritos e dos interesses se diversifica, mais, por conseguinte é difícil formar uma maioria compacta" (TOCQUEVILLE, 1998, p.125). A dimensão religiosa aparece de forma indissociável de uma concepção de natureza, onde a racionalidade que se afasta ou a toma como simples objeto de reflexão se torna algo antinatural. Disso, se estabelece que:

> Esses diferentes instintos impelem incessantemente sua alma à contemplação de outro mundo, e é a religião que o conduz a ele. A religião não passa, pois, de uma forma particular da esperança, e é tão natural ao coração humano quanto a esperança mesma. É por essa espécie de aberração da inteligência e com a ajuda de uma espécie de violência moral exercida sobre sua natureza mesma que os homens se afastam das crenças religiosas: uma inclinação invencível os traz de volta a elas. A incredulidade é um acidente; somente a fé é o estado permanente da humanidade (TOCQUEVILLE, 1998, p.228)

Essa "aberração da inteligência", conecta o ordenamento social ao mundo espiritual, tornando-o, por isso, inquestionável. Dessa forma, todas as fissuras sociais, todas a necessidades, as desigualdades e todas as turbulências são, assim, integradas ao ordenamento "natural" da existência social. Ela representa a capacidade criadora de Deus, portanto, sua melhor versão se encontra dada, acaba, concluída para o efetivo exercício onde cada sujeito terá sua porção proporcional (BURKE, 2012; TOCQUEVILLE, 1998; MOREIRA, 2019).

Sobre a natureza divina, que concebe a desigualdade como algo intrínseco, firmou-se um processo de afastamento em busca da igualdade, dessa maneira, a humanidade passou a

processar uma existência fraca, pois ao limitar o poder e/ou estabelecer regras para as ambições humanas, não conseguiu limitar os desejos. Segundo Tocqueville (1998, p.411), a destruição dos privilégios de alguns acabou conduzindo à concorrência de todos. Disso, afirma o aristocrata francês, "quando os homens são mais ou menos semelhantes e seguem um mesmo caminho, é bem difícil que algum deles marche rapidamente e atravesse a multidão uniforme que o rodeia e comprime" (TOCQUEVILLE, 1998, p.410).

Assim, a questão da natureza contempla também uma perspectiva de liberdade que, cheia de especificidades, encontra-se atrelada ao ordenamento social, de modo que os portadores do exercício do poder devem perpetuar o status quo. Por considerar que o aparato institucional deve responder às demandas da estratificação "natural", o conservadorismo entende que a liberdade também deve obedecer a essa lógica, ou seja, que cada sujeito e/ou estrato exerça a liberdade de acordo com sua posição social. Contudo, apesar de contemplar um ideal de liberdade (OAKESHOTT, 2021), essa não é totalmente individualizada.

A gramática política (NUNES, 2004) expressa pelo conservadorismo, dessa forma, contempla uma liberdade compartilhada, reiterando a sobreposição da tradição sobre a iniciativa individual e, dessa forma, anulando-a enquanto alternativa ontológica. Neste quadro, existe uma sobreposição que, a partir da tradição, espraia-se para outras dimensões, tornado "natural" determinações de cunho moral. Neste sentido, ao tratar desta temática na filosofia política de Burke, Moreira afirma que:

> [...] o termo natureza equivale à afirmação de uma ordem arquetípica, modelar, que confere sentido ao momento presente: "natural" é o que exprime a apreensão possível de uma ordem dada e estabelecida por Deus, que se manifesta na caminhada humana na história, mas que não é completamente desvendável pela razão humana. [...] O homem precisa se manter atento a todas as manifestações da ordem natural, que estão presentes na tradição, no preconceito, nos costumes, e deve não confiar exclusivamente no exercício individual da razão: "ponhamo-nos a salvo de um excesso de sabedoria própria e faremos as coisas razoavelmente bem", desse modo, consegue seguir a natureza e ser bem-sucedido [...]" (MOREIRA, 2019, p.59-60).

Essa "natureza" prescreve uma sabedoria "sem reflexão" (BURKE, 2012; MOREIRA, 2019). de modo que, por meio dos "preconceitos", seja possível saber como agir diante da realidade social. Assim, a educação sem reflexão, também defendida por Kirk (2021b), sinaliza para uma conexão com a tradição, com o passado, com os saberes dos antepassados que, neste sentido, são fundamentais para manutenção da ordem social, como também, a perpetuação de um ideário ético e moral. Com isso, tal perspectiva sinaliza para uma concepção histórica que visa reiterar o estabelecido, de reforçar estruturas e instituições herdadas que, como dito anteriormente, foram responsáveis pela existência social e, dessa forma, ajudarão em sua manutenção.

Embora haja a defesa enfática da associação entre o desenvolvimento humano e a "natureza", o conservadorismo nega constantemente que exista um caráter inibidor e/ou

cristalizador da ordem social. A mudança é bem vista, uma vez que é concebida como inevitável (BURKE, 2012; TOCQUEVILLE, 1998, MOREIRA, 2019), contudo, esse movimento de aparente lentidão dos processos sociais é que, segundo o conservadorismo, atesta o bom andamento de suas instituições.

Assim, a "natureza" possui sua gênese no próprio criador e, por meio dela, ordena a existência ontológica e moral, de modo que as individualidades sejam diluídas na sabedoria da comunidade, como uma sabedoria superior e de reconexão com o ordenamento efetivo, realmente existente e distante de ideais "metafísicos" (HONDERICH, 1993; KIRK, 2016). No entanto, essa perspectiva traz uma ontologia dual que, como vimos, reserva para a humanidade uma totalidade existencial natural – que engloba as dimensões biológicas, psicológicas, racionais, culturais, políticas, etc., de um lado e, por outro, a dimensão espiritual.

Com isso, a questão que se coloca é a seguinte: como é pensado o corpo para além desta "natureza"? Como elaborar uma identidade em uma perspectiva que a considera coletiva? Como conceber necessidades ontológicas como gênero, sexualidade, identidade racial, entre outras, considerando a perspectiva universalista da "natureza" conservadora? Bem, a ausência destas questões, ao contrário do que possa parecer, mostra-se como importante fonte de análise crítica, principalmente, considerando o corpo como pilar dos dilemas citados.

O corpo silenciado

Como podermos perceber, existe um silêncio no pensamento político conservador a respeito do corpo, uma vez que este foi diluído no conceito de natureza que, possuindo origem divina, tornou-se sacralizado (KIRK, 2016; BURKE, 2012). Portanto, o "mundo possível" (LESSA, 1998) neste debate, equivale à desconstrução da própria criação divina, de sua dilapidação, ou seja, uma forma de alterar o estabelecido pela vontade de Deus. Com isso, temos os ingredientes ideais para o pensar de maneira "preconceituosa" (MOREIRA, 2019), ou seja, pensar por meio de um escopo analítico pautado sobre o saber tradicional e que, como dito anteriormente, condena a razão individual por ser propícia ao desvio.

Tocqueville (1998, p.451-452), ao tratar da educação das "moças nos Estados Unidos", percebeu uma liberdade acentuada que, como concluiu, importou para a consolidação da democracia naquele país. No entanto, afirmou saber "[...] que tal forma de educação não deixa de ter perigos", uma vez que "[...] tende a desenvolver o juízo a expensas da imaginação e a fazer mulheres honestas e frias, antes que esposas ternas e amáveis companheiras do homem". Neste sentido, segue o autor, "se a sociedade, com isso, é mais tranquila e mais regular, a vida privada tem muitas vezes menos graça".

O olhar conservador e aristocrático, ao identificar a participação feminina em instâncias da vida pública, realizou o exercício de alteridade onde, no entanto, não conseguiu se desfazer totalmente de sua "primeira natureza" (MOREIRA, 2019; BURKE, 2012). Incomodou-o identificar aqueles corpos em lugares públicos ao invés de, como nos de sua classe, a serviço dos homens, de forma "natural". O corpo, como podemos ver, possui no

conservadorismo delimitações espaciais, de modo que o conteúdo ordenador, prescritivo e garantidor da ordem seja, também, organizado a partir de uma divisão social de gênero.

Embora o conteúdo semântico da palavra gênero, atualmente utilizado de maneira crítica, seja anacrônico em relação ao século XIX, ele demonstra o espanto de se ter uma vida "sem graça" no âmbito familiar, ou seja, com mulheres se ocupando do espaço público sobra pouco tempo para servirem de divertimento (TOCQUEVILLE, 1998). Essa divisão, além da questão de gênero, envolve a reificação de papéis "naturalmente" estabelecidos, onde a mulher encontra no espaço da casa sua razão de ser.

Esta perspectiva de configuração familiar é fundamental para o entendimento das intolerâncias causadas pelos "preconceitos" conservadores que, como sinalizado, necessitam de uma educação que prescinda do pensamento reflexivo. Isso significa ser sabido o que fazer diante de certas situações que, neste caso, envolvem a complexidade ontológica e, portanto, necessidades depositadas no corpo que, por isso, não pode ser naturalizado. Dessa forma, ao contrário dos papéis tocquevilleanos, ou, da natureza burkeana, o que se coloca é o desafio de compreender a multiplicidade no binarismo conservador ou, como definiu Freire, "a concepção mecânica da consciência" (FREIRE, 2019, p.93) e/ou "burocratização da mente" (FREIRE, 2018, p.111-112).

O corpo é silenciado por ser concebido por meio de um manto de totalidade, ou seja, de "natureza", onde o sexo e o papel social são previamente determinados e, com eles, a necessidade de existir sem refletir, sem "pensar", sem "mundo possível" para além do enraizado na tradição. Portanto, o conservadorismo possui uma especificidade na forma de empreendimento da razão que pode ser compreendida, de maneira geral, através da burocratização da razão, ou seja, uma perspectiva binária do mundo (GOMES JUNIOR, 2021).

Com ela, os processos, os gêneros, os afetos, as dimensões, como concebidos na perspectiva da antropologia filosófica de Scheler (2008), são ignorados por conta de uma simplificação que deposita no corpo uma totalidade inexistente, ao menos, quando tratada como "natureza". Por isso, a ontologia conservadora é insuficiente, uma vez que não consegue visualizar além dos papéis reprodutivos, dos estabelecidos patriarcais e de uma educação voltada para o status quo.

Assim, o conservadorismo manifesta um de seus principais "dilemas" – como definido por Fernandes (1976, p.208) –, qual seja, a ideia de liberdade é também legitimada a partir da tradição, de modo que o seu exercício seja questionado quando sujeitos – e seus corpos – ultrapassam certas barreiras de classe. Por isso, afirma Tocqueville (1998, p.452), as mulheres na "democracia" tendem a amadurecer suas inteligências mais cedo e a casar mais tarde, seguindo na contramão das expectativas da tradição. Essas mulheres que receberam "educação viril", foram socializadas por meio de uma "disciplina paternal" muito "frouxa", portando, tendem a uma vida conjugal "fria". Com isso, na:

> [...] ocasião de escolher um marido, essa fria e austera razão esclarecida e firmada pela livre visão do mundo, indica à americana que um espírito ágil e independente dentro do casamento, é motivo de eternas turbações, não de prazer; que as diversões da moça não poderiam tornar-se as recreações da esposa e que, para a mulher, as fontes da felicidade se acham dentro da morada conjugal. Vendo desde logo, e com clareza, o único caminho que pode conduzir à felicidade doméstica, entra por ele desde os primeiros passos e segue-o até o fim sem procurar voltar atrás (TOCQUEVILLE, 19998, p.453).

O corpo foi "naturalizado" a partir de uma perspectiva binária - homem-mulher –, tradicional – aptos e não aptos –, política – escolhidos e não escolhidos –, de modo que, para os subalternizados, esse binarismo ainda contempla a ideia de eleição divina, ou seja, eleitos e não eleitos (BURKE, 2012; TOCQUEVILLE, 1998; MOREIRA, 2019; HONDERICH, 1993). Dessa forma, considerando uma perspectiva crítica e histórica, se torna inviável a sustentação desta "natureza" diante da complexidade humana e de suas necessidades em termos ontológicos e sociais.

Segundo Fromm et al. (1966), trazendo a complexidade ontológica do "humanismo socialista", o pleno desenvolvimento humano contempla uma série de necessidades que estão muito além das dimensões biológicas e espirituais. Além disso, essa perspectiva possui uma ancoragem histórica que, dessa forma, impede qualquer tipo de reconciliação social sem que, para isso, esta seja percebida de maneira efetiva (WALLERSTEIN, 2001).

Como bem definido por Marx e Engels (2007), a fé empregada de maneira crítica deve, primeiramente, contemplar os interesses do céu para terra, de modo que seus benefícios sejam experimentados na vida terrena. Embora os conservadores apregoem o contrário em nome de seu pretenso "contrato social", as fissuras ontológicas – tanto quanto as sociais – espraiam-se como torrentes, evidenciando que a diversidade humana não pode ser reduzida à ontologia conservadora sem, com isso, ser violentamente destruída.

Neste quadro crítico, o que se coloca é a impossibilidade de qualquer forma de paz social sem que, para isso, haja movimentos sociopolíticos e culturais voltados para a promoção da vida ontologicamente complexa e, mais que isso, plena. Portanto, para que isso seja possível, temos que romper com a educação "preconceituosa" da gramática política conservadora, promovendo uma sociabilidade reflexiva que se atente para as violências que são produzidas e reproduzidas silenciosamente (ADORNO, 1995).

Além disso, que o ideal de liberdade, mais que a defesa de aprender o que quiser (OAKESHOTT, 2021; KIRK, 2021b), seja entendido como busca de uma condição humana que contemple o outro, suas diferenças e especificidades como algo necessário para seu desenvolvimento pleno. Portanto, mais do que um conhecimento e uma gramática política baseada na tradição – como proposto pelo saber grupal e não reflexivo –, precisamos pensar de maneira plural e complexa, concebendo a humanidade a partir de sua complexidade ontológica (SCHELER, 2008; FROMM et al., 1966).

A ideia de pensar irrefletidamente (BURKE, 2012) em respeito aos ancestrais e aos saberes estabelecidos, neste sentido, é deslocada para uma perspectiva de reflexão que, também considera os antepassados, contudo, como forma de existir historicamente, no mundo e para o mundo (FREIRE, 2018; 2019b). É, portanto, crucial o fortalecimento da criticidade em relação ao corpo, como também, da própria ontologia humana, de forma que estas, enquanto necessidades imprescindíveis para o alcance da plenitude, não sejam encobertas por "rótulos" totalizantes como a ideia conservadora de "natureza".

Considerações Finais

Demonstramos neste trabalho que os fundamentos do conservadorismo foram construídos com base no pacto social da tradição, com isso, a concepção institucional, política, econômica, cultural, religiosa, entre outras, respondem a um ideal de organização desigual. Essa desigualdade, embora reconhecida, foi tratada como a melhor forma possível de existência social, colocando-se como alternativa viável em oposição aos ideais revolucionários e transformadores.

No entanto, esta corrente tem se mostrado insuficiente, diante das necessidades sociais e ontológicas que, como sabemos, não são contempladas na simplificação conservadora das necessidades humanas. Além disso, o medo "sociopático à mudança" (FERNANDES, 1976) das classes conservadoras, promovem a negação existencial da diferença, como também, das ontologias que se constroem para além de uma "natureza" do sexo.

Esse conceito, além de servir como agente normativo e de disciplina, traz uma ética seletiva que, em nome do controle dos corpos evoca a "natureza" estabelecida por Deus, no entanto, esta mesma natureza não é valorizada quando identificada no meio ambiente, na diversidade da vida selvagem, no cuidado do planeta, no uso consciente dos recursos naturais, como também, na promoção de atividades agrícolas e pecuárias sustentáveis. Portanto, essa "natureza" é divina para controle populacional, por um lado e, por outro, é o exercício da "liberdade" construída no pacto social tradicional.

Dessa forma, o conservadorismo demonstra que o seu ideal é não apenas a manutenção do status quo, como também, o seu aprofundamento, como forma de radicalizar a porção de poder, educação, liberdade econômica e política construídos por meio da tradição. Assim, as fissuras não são vistas como efeito colateral do mundo possível pela tradição, mas sim, como estruturas que devem ser tensionadas pelos interesses dos eleitos, que a vontade divina escolheu recompensar na terra.

Neste quadro, o silenciamento dos corpos tem sido uma das tensões mais visíveis em termos ontológicos na contemporaneidade, de modo que foram superados os instrumentos disciplinadores até então exercidos pelo campo da medicina, da espiritualidade, da psicologia e entre outros, seja de conhecimento e/ou de poder. Portanto, embora o conservadorismo continue insistindo em uma existência ontologicamente limitada, sabemos que esta não contempla as necessidades humanas, nem mesmo dos próprios conservadores.

REFERÊNCIAS

Adorno, T. W. (1995). *Educação e Emancipação*. Paz e Terra

Burke, E. (2012). *Reflexões sobre a Revolução na França*. Topbooks.

Scheler, M. (2008). *A situação do homem no cosmo*. Texto e Grafia.

Coutinho, J. P. (2014). *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. Três Estrelas.

Eliot, T. S. (2012). *Notas para uma definição de cultura*. Perspectiva.

Fernandes, F. (1976). *A Sociologia numa era de revolução social*. Zahar Editores.

Freire, P. (2018). *A pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. Paz & Terra.

Freire, P. (2019). *A pedagogia do oprimido*. Paz & Terra.

Fromm, E., Chaves G., R. E., Dunayevskaya, R., Marcuse, H., Kosik, K., Petrović, G., Marković, M., Senghor, L., Bloch, E., & Rubel, M**.** (Compiladores). (1966). *Humanismo socialista*. Paidós.

Gahyva, H. (2017). Notas sobre o conservadorismo: Elementos para a definição de um conceito. *Políticas & Sociedade, 16*(35), 299-320. https://doi.org/10.14393/PSv16n35a2017-6

Gomes Junior, E. dos S. (2021). *Paulo Freire e a educação contra a burocratização da mente*. Revista Transformar, 15 (1), 175-191. https://www.fsj.edu.br/transformar/article/view/570

Hirschman, A. O. (2019). *A retórica da intransigência: Perversidade, futilidade, ameaça* (T. R. Bueno, Trad.). Companhia das Letras.

Honderich, T. (1993). *El conservadurismo: un análisis de la tradición anglosajona* (J. M. Álvarez Flórez, Trad.). Península.

Kinzo, M. D. G. (2001). Burke: a continuidade contra a ruptura. In F. C. Weffort (Org.), *Os clássicos da política* (Vol. 2, pp. 13–45). Ática.

Kirk, R. (2021a). *A mentalidade conservadora: de Edmund Burke a T. S. Eliot*. É Realizações Editora.

Kirk, Russel. (2021b). *Breve manual de conservadorismo*. Trinitas.

Kirk, Russel. (2016). *Edmund Burke: Redescobrindo um gênio*. É Realizações.

Lessa, R. **(**1998). *Porque rir da filosofia política? Ou a ciência política como téchne*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13(36), 141–168. https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000100013

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã* (L. C. de C. e Costa, Trad). Martins Fontes. (Original publicado em 1845-1846)

Moreira, I. (2019). *A filosofia política de Edmund Burke*. É Realizações.

Nisbet, R. (1987). *Conservadorismo*. Editorial Estampa.

Nunes, E. de O. (1997). *A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático* (L. C. B. Pereira, Prefácio). Rio de Janeiro; Brasília: Jorge Editor e Escola Nacional de Administração Pública.

Oakeshott, M. (2021). *A voz da educação liberal* (R. Galindo & R. C. de Freitas, Trad.). Ynné. (Original publicado em 1989).

Oakeshott, M. (1980). Educação Política. In P. T. King (Org.), *O estudo da política* (pp. 123–140) [Coleção Pensamento Político, vol. 14; J. L. P. Magalhães, Trad.]. Universidade de Brasília.

Scheler, M. (2008). *A situação do homem no cosmo*. Texto e Grafia.

Scruton, R. (2017). *Arte e Imaginação – um estudo em filosofia da mente* (L. P. Rouanet, Trad.). É Realizações.

Tocqueville, A. (1998). *A democracia na América*. (2ª ed.). Itatiaia.

Wallerstein, I. (2001). *Capitalismo histórico e civilização capitalista* (R. Aguiar, Trad.; C. Benjamin, Revisão de tradução). Contraponto.